

上訴案第 928/2020 號

上訴人：A

澳門特別行政區中級法院合議庭判決書

一、案情敘述

澳門特別行政區檢察院對嫌犯 A 控以直接正犯及既遂方式觸犯：

- 澳門《刑法典》第 142 條第 1 款、配合《道路交通法》第 93 條第 1 款所規定及處罰之兩項過失傷害身體完整性罪；
- 澳門《道路交通法》第 88 條第 1 款所規定及處罰之兩項遺棄受害人罪；
- 同時依據《道路交通法》第 94 條第(一)項之規定，應中止嫌犯駕駛執照之效力，

並提請初級法院以合議庭普通訴訟程序對其進行審理。

初級法院刑事法庭的合議庭在第 CR1-19-0268-PCC 號案件中，經過庭審，最後裁定：

- 嫌犯 A，以直接正犯及既遂方式觸犯《刑法典》第 142 條第 1 款、配合《道路交通法》第 93 條第 1 款所規定及處罰之兩項過失傷害身體完整性罪，每項判處一年三個月徒刑；及觸犯《道路交通法》第 88 條第 1 款所規定及處罰之兩項遺棄受害人罪，每項判處七個月徒刑；四罪競合，合共判處三年徒刑，暫緩三年執行。

- 另外，判處禁止嫌犯駕駛為期三年，且嫌犯須於判決確定日起計的五日內將其駕駛執照交予治安警察局以便執行該禁止駕駛的決定。
- 本合議庭裁定民事損害賠償請求之部份事實獲證明屬實，判決如下：
- 判處被告 B 有限公司須向第一原告 C 賠償澳門幣 194,173.73 元、須向第二原告 D 賠償澳門幣 483,606.09 元，以及須向訴訟主參與人 E(澳門)股份有限公司賠償澳門幣 438,234.74 元；上述賠償須連同本判決日起計直至完全繳付有關賠償時的法定利息。

嫌犯 A 不服判決，向中級法院提起上訴，理據如下：

1. 被上訴之判決中，原審法院對上訴人作出如下判處：
“ 嫌犯 A，以直接正犯身分及在犯罪既遂的情況下觸犯了《刑法典》第 142 條第 1 款，配合《道路交通法》第 93 條第 1 款所規定及處罰的兩項過失傷害身體完整性罪，每項判處一年三個月徒刑；及觸犯了《道路交通法》第 88 條第 1 款所規定及處罰的兩項遺棄受害人罪，每項判處七個月徒刑；四罪競合，合共判處三年徒刑，暫緩三年執行。
另外，判處禁止嫌犯駕駛為期三年，且嫌犯須於判決確定日起計的五日內將其駕駛執照交予治安警察局以便執行該禁止駕駛的決定。”
2. 為此，上訴人對被上訴之判決就禁止駕駛三年這一部分內容不服。
3. 首先，被上訴之判決違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款以及同一法典第 360 條 a)項之規定，存在遺漏審理及欠缺說明理由之瑕疵。
4. 在審判聽證中，上訴人除了對本案之犯罪標的作出聲明外，上訴人及其官委辯護人亦就上訴人的職業狀況向原審法院作出聲明及

陳述，以及上訴人在庭審中亦曾向原審法院提交了工作證明。

5. 原審法院當時以上訴人所提交的工作證明中所載僱主的簽署未作認證為由而將相關證明退回給上訴人。
6. 上訴人作出的上述陳述及所提交工作證明的行為，主要用以作為給予法院考慮是否准予上訴人暫緩禁止駕駛的理由及聲請，有關聲請曾在庭審中向原審法院提出。
7. 原審法院亦曾就上訴人的職業狀況及工作特性向上訴人進行訊問。(有關內容已載於 2020 年 5 月 4 日庭審錄音之光碟，時段為 22:32-22:54，助審法官向上訴人進行的訊問的錄音內容，即為上述陳述第 14 點內容)
8. 上訴人之官委辯護人在最後陳述中亦曾就暫緩禁止駕駛的聲請作出陳述。(有關內容已載於已載於 2020 年 5 月 4 日庭審錄音之光碟，時段為 2:04:38-2:05:21，上訴人之官委辯護人就聲請暫緩禁止駕駛的錄音內容，即為上述陳述第 16 點內容)
9. 但綜觀被上訴之判決內容，原審法院並未就上訴人暫緩禁止駕駛的聲請及證據曾作出審理及發表意見。
10. 根據《刑事訴訟法典》第 336 條之反義解釋，在聽證中所調查或審查之任何證據，審判者應就相關證據的價值作出衡量。
11. 由於原審法院未有就上訴人是否符合暫緩禁止駕駛條件的問題表明立場或發表意見，根據《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款以及同一法典第 360 條 a)項之規定，被上訴之判決存在遺漏審理及欠缺說明理由之瑕疵，並導致被上訴之判決就判處上訴人禁止駕駛這一部分應宣告無效。
12. 在全面考慮到上訴人所提交的工作證明及相關文件，上訴人認為以符合《道路交通法》第 109 條第 1 款暫緩禁止駕駛的規定，並從而應判處上訴人禁止駕駛為期 3 年，並暫緩 2 年執行。(請參閱附件一至附件四)

倘法院不這樣認為時，上訴人提出以下理據；

13. 被上訴之判決違反了《道路交通法》第 109 條第 1 款之規定，存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款規定之“理解法律錯誤而出現之瑕疵”。
14. 被上訴之判決已證明上訴人的職業為外賣員，並需供養母親、妻子及一名未成年女兒。
15. 根據附件中的工作證明及上訴人僱主所繕立的聲明書以及相關文件，已證明上訴人的工作特性是必須駕駛車輛工作，倘禁止上訴人駕駛車輛，必然會直接導致上訴人失去工作及影響經濟維生能力。
16. 根據《道路交通法》第 109 條第 1 款規定“如有可接納的理由，法院可暫緩執行禁止駕駛或吊銷駕駛執照的處罰六個月至兩年。”
17. 透過上訴人所呈交之文件及結合上訴人的上述事實，這完全符合《道路交通法》第 109 條第 1 款規定之“可接納的理由”。
18. 但被上訴之判決在可能審理的有關證據時，並沒有全面考慮上訴人的事實是否屬“可接納之理由”。
19. 基此，被上訴之判決在選取刑罰方面，違反了《道路交通法》第 109 條第 1 款之規定，存有《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款規定之“理解法律錯誤而出現之瑕疵”。
20. 結合本卷宗內之資料、客觀事實及相關證明文件，以及《道路交通法》第 109 條第 1 款之規定，應判處上訴人禁止駕駛之處罰，但暫緩 2 年執行。

倘法院不這樣認為時，上訴人提出以下理據；

21. 被上訴之判決針對附加刑之量刑部份，違反了《道路交通法》第 94 條第 1 款之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款規定

之“ 錯誤理解法律而生之瑕疵” 。

22. 被上訴之判決就附加刑部分，判處禁止上訴人駕駛為期三年，這明顯過重。
23. 根據《道路交通法》第 94 條之規定：按犯罪的嚴重性，科處禁止駕駛兩個月至三年，而本案中，上訴人被原審法院判處禁止駕駛為期三年的附加刑，有關附加刑的刑罰(三年)為上述法律的最高刑幅。
24. 雖然上訴人非為初犯，但根據其刑事記錄，其之前所觸犯的犯罪性質完全與本案之犯罪性質不盡相同，亦非屬任何涉及違反交通規則及從駕駛車輛所衍生的犯罪行為。
25. 從被上訴之判決的“ 事實之判斷” 中，顯示上訴人已表示自願承認被指控的犯罪事實及表示後悔，且向法院承諾以後不會再犯。
26. 但原審法院並未就上訴人的上述客觀理由及對上訴人之有利情節作出全面考慮，從而判處上訴人禁止駕駛三年的附加刑，這樣明顯超越罪刑相適應原則。
27. 故被上訴之判決就附加刑之量刑部份，違反了《道路交通法》第 94 條第 1 款之規定，存在《刑事訴訟法典》第 400 條第 1 款規定之“ 錯誤理解法律而生之瑕疵” 。
28. 在更好地適用《道路交通法》第 94 條第 1 款之規定，以及結合罪刑相適應原則，上訴人認為應判處上訴人禁止駕駛為期一年半的附加刑較為合適。

檢察院對上訴人所提出的上訴提出答覆：

1. 上訴人認為原審法院之裁判中就附加刑的部份違反《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款及第 360 條 a)項之規定，存在遺漏審理及欠缺說明理由之瑕疵。

2. 上訴人的理據是：原審法院將上訴人在庭審時提交的工作證明未載有僱主的簽名為由而退回予上訴人，而原審法院曾就上訴人的職業狀況及工作特性訊問上訴人，上訴人的辯護人亦曾在最後陳述中請求法院暫緩禁止駕駛，因此，上訴人認為原審法院沒有審理上訴人的聲請及證據。
3. 然而，正如上訴狀結論第(7)及(8)點的內容所言，原審法院已在庭審上訊問上訴人的職業性質及工作時間〔即上訴狀第 14 點的錄音內容〕，而上訴人亦回答該代駕屬兼職(Part-time)，而外賣員才是正職。
4. 由此可見，原審法院曾在庭審時對上訴人的職業狀況進行審查，且基於上訴人沒有提交具足夠證明力的工作證明而決定對附加刑作出不予暫緩的決定；故原審法院就附加刑的裁決部份沒有存在遺漏審理及欠缺理由之瑕疵。
5. 上訴人又認為附加刑 3 年的量刑過重，應下調至 1 年半。
6. 根據被上訴裁判之內容，有關三年的附加刑期間乃是兩項過失傷害完整性罪(每項 6 個月)及兩項遺棄受害人罪(每項 1 年)的具體量刑相加，而非從《道路交通法》第 94 條之規定之「兩個月至三年」的抽象刑幅中選取最高的具體刑幅為 3 年。故此，考慮到每項交通罪行的具體刑幅均不重，則原審法院判處三年的禁止駕駛期間的決定是正確及適合，無下調的空間。
7. 上訴人認為附加刑中沒有判處暫緩執行的決定違反了《道路交通法》第 109 條第 1 款，因而存有《刑法訴訟法典》第 400 條第 1 款的瑕疵。
8. 上訴人認為被上訴裁判中已證明其為外賣員，且上訴狀之附件已證明其需駕駛車輛，則根據《道路交通法》第 109 條 1 款之規定，原審法院應視為可接納之理由。
9. 本案的庭審日期為 2020 年 5 月 4 日(而宣判日期為 6 月 26 日)，在庭審當天，上訴人之辯護人提交了一份僱主簽名未經認證的證

明〔當時文件與上訴狀的附件一相同，只是該簽名未經認證〕，該文件欲證明上訴人為一食店的外賣員；原審法院基於未有認證簽名而退回，上訴人之辯護人隨後表示會補交經認證簽名的職業證明；而在最後的辯護人陳述中，辯護人亦請求原審法院判處附加刑之暫緩執行，亦再次表示稍後會補交文件。

10. 另一方面，原審法院乃基於上訴人在庭上聲稱為外賣員，故已證事實中證明了相關事實；直至宣判日期，卷宗仍沒有上訴人為職業司機的文件證明或任何解釋，則原審法院才會在裁判中判處附加刑之實際執行。
11. 事實上，就庭審現存的證據而言，即使上訴人身為外賣員，也不一定代表需要駕駛車輛，因小型食店送外賣的距離往往為步行距離；另一方面，上訴人亦沒有在庭上成功證明自己的工作需要駕駛，加上附件二的聲明書是在上訴階段方附入卷宗，也就是說，原庭審階段無證據可證明上訴人之職業符合《道路交通法》第 109 條第 1 款所規定的「可採納理由」。
12. 最後，即使上訴狀之附件一至四的文件可證明上訴人在庭審期間乃職業司機，但基於上訴人於上訴階段方予補交，則有關文件不予以考慮。
13. 綜上所述，原審法院基於庭審階段之證據而判處附加刑之實際執行〔不予以暫緩執行〕是正確的決定。

在本上訴審程序中，尊敬的助理檢察長閣下提交了法律意見。¹

¹ 其葡文內容如下：

Ao abrigo do disposto no artigo 406.º do Código de Processo Penal (CPP) vem o Ministério Público junto do Tribunal de Segunda Instância pronunciar-se nos termos que seguem:

1.

Inconformado com o douto acórdão proferido pelo Tribunal Colectivo do 1.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base, que o condenou pela prática de dois crimes de ofensa à integridade física por negligência previsto e punido pelo artigo 142.º, n.º 1 do Código Penal e de dois crimes de abandono de sinistrado, previsto e punido pelo artigo 88.º, n.º 1 da Lei n.º 3/2007

(Lei do Trânsito Rodoviário), na pena conjunta resultante do cúmulo jurídico de 3 anos de prisão suspensa na sua execução pelo período de 3 anos e na pena acessória de inibição de conduzir pelo período de 3 anos, veio o Arguido, A, melhor identificado nos autos, dele interpor recurso.

Da leitura das conclusões da douta motivação resulta que a Recorrente cinge o seu recurso à questão da pena acessória de inibição de conduzir, colocando a esse Tribunal de Segunda Instância a questão de saber se a douta sentença recorrida incorreu em erro de julgamento, com violação do artigo 109.º, n.º 1 da Lei n.º 3/2007, ao não ter suspenso a pena acessória de inibição de conduzir que lhe foi aplicada.

Entende o Recorrente que, no caso, ocorrem motivos atendíveis que justificam a pretendida suspensão da pena acessória, uma vez que trabalha como «estafeta» de uma empresa de entregas e necessita da carta de condução para poder conduzir os veículos que utiliza para fazer tais entregas pelo que a inibição de conduzir signifique para si a perda do emprego e do rendimento que do mesmo provém.

Além disso, considera excessiva a pena acessória fixada pugnando pela aplicação de uma inibição de conduzir de 1 ano e 6 meses.

2.

2.1.

Vejamos.

Nos termos do disposto na norma do n.º 1 do artigo 109.º da Lei n.º 3/2007, «o tribunal pode suspender a execução das sanções de inibição de condução ou de cassação da carta de condução por um período de 6 meses a 2 anos, quando existirem motivos atendíveis».

Esse Tribunal de Segunda Instância tem, em determinadas situações, nomeadamente por razões de natureza económica ou profissional, admitido a suspensão da pena acessória, especialmente quando se demonstre que a carta de condução é um instrumento fundamental para o exercício da actividade profissional do arguido.

No caso, resulta da matéria de facto provada que o Recorrente, na sua actividade profissional, efectua entregas de comida, mas não ficou provado que, para o fazer utiliza um veículo para cuja condução necessite de habilitação para conduzir.

Por outro lado, a junção de documentos é inadmissível na fase do recurso pelo que não podem ser considerados por esse Venerando Tribunal.

Daqui que, a nosso ver, não exista fundamento para considerar verificados, no caso, quaisquer motivos atendíveis que justifiquem a suspensão da pena acessória aplicada ao Recorrente tal como foi correctamente assinalado pela nossa ilustre Colega na douta resposta que apresentou.

Parece-nos, pois, que, nesta parte, o recurso não deve proceder.

2.3

Quanto à questão da concreta medida da pena acessória cremos que a mesma deve proceder, embora por razões que não coincidem com as que fundamentam o recurso.

Na verdade, o Tribunal *a quo* cumulou materialmente as penas acessórias singulares que fixou relativamente a cada um dos crimes por cuja prática o Recorrente foi condenado, afastando, portanto, o regime da determinação da pena em caso de concurso de crimes que resulta do artigo 71.º, n.ºs 1 e 2 do Código Penal.

Salvo o muito respeito por tal opinião que, de resto, sabemos já ter sido defendida, sem unanimidade, por esse Venerando Tribunal, não nos parece que ela corresponda à melhor interpretação da lei.

Procuraremos demonstrar.

A razão de ser da opção pelo cúmulo jurídico para a punição de crimes em concurso é a

que se prende com o facto de com ela «se evitar que os factos penais ilícitos, após a aplicação das respectivas penas, ganhem uma gravidade exponencial – porque vistos isolados ou compartimentados uns dos outros» (JOSÉ DE FARIA COSTA, *Penas Acessórias – Cúmulo jurídico ou cúmulo material? [a resposta que a lei (não) dá]*, in Revista de Legislação e de Jurisprudência, Ano 136, n.º 3945, Julho-Agosto 2007, pp. 326-327. Apontando, justamente, o efeito multiplicador da culpa que decorre de uma mera adição de penas que, assim, faz aumentar injustamente a sua gravidade proporcional, veja-se, JORGE DE FIGUEIREDO DIAS, *Direito Penal Português - As consequências jurídicas do crime*, 4.ª reimpressão, Coimbra, 2007, p. 280).

Não merece grande controvérsia dogmática a afirmação de que, em princípio, através do sistema do cúmulo jurídico é possível obter uma imagem global dos factos e do seu desvalor e, dessa forma, encontrar uma pena concretamente mais ajustada.

Sendo inequívoco que as penas acessórias são verdadeiras penas e não meros efeitos das penas principais, nenhuma razão decisiva se vislumbra para as subtrair às regras do cúmulo jurídico que são as que vigoram no nosso sistema jurídico-penal para as penas principais quando se trata da punição do concurso de crimes. Pelo contrário, «só o sistema do cúmulo jurídico se revela consentâneo na escolha da pena acessória única», pois é desse modo que «o julgador conseguirá uma verdadeira individualização da sanção penal que não seja redutora do caso concreto, encaminhando-se, então, para uma pena acessória justa porque respeitadora dos princípios da igualdade e da proporcionalidade» (assim, JOSÉ DE FARIA COSTA, *Penas Acessórias...*, p. 327).

Sendo a regra, entre nós, a do cúmulo jurídico, necessário seria, a nosso ver, que existisse norma expressa que, de forma inequívoca exceptuasse desse regime as penas acessórias e impusesse em relação a elas o respectivo cúmulo material. E a verdade é que tal norma não existe, não podendo, de forma alguma, considerar-se suficiente arrimo normativo para essa interpretação, o n.º 4 do artigo 71.º ou o n.º 3 do artigo 72.º do Código Penal (chamando a atenção para a inconsistência do argumento literal que se consegue extrair destes artigos, veja-se JOSÉ DE FARIA COSTA, *Penas Acessórias...*, p. 328).

O regime do cúmulo material conduz, em muitas situações a que, através dele se determinem penas que, a qualquer título, se revelam manifestamente desproporcionadas, precisamente porque se não atende à gravidade global dos factos e se procede a uma simples soma aritmética das penas parcelares aplicadas.

Somos, pois, a concluir que, em nosso parecer, nas situações de concurso de crimes, as penas acessórias singulares estão sujeitas a cúmulo jurídico de modo a, através dele, se encontrar a pena única a aplicar concretamente ao agente (neste mesmo sentido, na jurisprudência comparada portuguesa, o *Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 2/2018*, publicado no Diário da República, 1.ª série, n.º 31, de 13 de Fevereiro de 2018, pp. 954-961 que, a propósito da pena acessória de inibição de conduzir, fixou, por unanimidade, jurisprudência no seguinte sentido: «Em caso concurso de crimes, as penas acessórias de proibição de conduzir veículos com motor (...) estão sujeitas a cúmulo jurídico»).

Assim, no caso dos autos, a pena acessória concreta a aplicar ao Recorrente deve ser encontrada dentro de uma moldura do concurso que tenha como limite mínimo a mais grave das penas e como limite máximo, a soma das penas, ou seja, uma moldura entre 1 e 3 anos, afigurando-se-nos adequada uma pena acessória de inibição de conduzir pelo período de 2 anos.

3.

Assim, é nosso parecer, salvo melhor opinião:

O recurso deve ser julgado parcialmente procedente e o acórdão recorrido ser revogado na parte que aplicou ao Recorrente uma pena acessória de inibição de conduzir pelo período de 3

本院接受上訴人提起的上訴後，組成合議庭，對上訴進行審理，各助審法官檢閱了卷宗，並作出了評議及表決。

二、事實方面

案件經庭審辯論後查明以下已證事實：

一、

- 1) 2018 年 11 月 06 日約 07 時 15 分，被害人 C 駕駛 MG-87-XX 電單車，載著被害人 D，沿友誼大馬路往白雲花園方向左車道且靠左行駛。當行駛至近燈柱編號：181C15 時，被從後方快速駛至的嫌犯 A 駕駛的 MK-70-XX 輕型汽車撞及車尾，引致兩名被害人人車倒地受傷(參閱卷宗第 16 頁及背頁交通意外描述圖，並視為在此完全轉錄)。
- 2) 嫌犯的上述行為直接及必然導致被害人 C 全身多處挫傷，估計共需 02 個月康復，對其身體的完整性造成普通傷害 (參閱卷宗第 72 頁的臨床法醫學鑑定書，並視為在此完全轉錄)。也導致被害人 D 腦震盪，頭面部挫傷，全身多處挫擦傷，估計共需 03 個月康復，對其身體的完整性造成普通傷害 (參閱卷宗第 81 頁的臨床法醫學鑑定書，並視為在此完全轉錄)。
- 3) 意外發生時為日間，天氣為晴天，地面乾爽，交通密度稀疏。
- 4) 上述意外發生的部份過程，被有關監控系統拍下(參閱卷宗第 45 至 55 頁觀看錄影筆錄，並視為在此完全轉錄)。同時，駕駛 MR-32-XX 輕型汽車，行駛在上述兩車之後的 F，也目睹了有關意外發生的過程。

anos, aplicando-se-lhe, em substituição, uma pena acessória de inibição de conduzir pelo período de 2 anos.

- 5) 嫌犯違反《道路交通法》第 21 條第 1 款之規定，直接導致上述意外發生，且造成被害人的身體受到普通傷害。
- 6) 嫌犯清楚知悉其行為觸犯法律，會受法律制裁。

二、

- 1) 上述意外發生時，由於碰撞猛烈且碰撞聲響巨大，兩車均出現損毀，碎片散落一地(參閱卷宗第 18 至 23 頁扣押筆錄，並視為在此完全轉錄)。嫌犯清楚知道其行為，必然引致電單車及兩名被害人倒地受傷，但嫌犯沒有停車進行處理，而是隨即從左車道靠中線加速駛離現場(參閱卷宗第 45 至 55 頁觀看錄影筆錄，並視為在此完全轉錄)。
- 2) 電子監控系統所拍攝到的影像資料顯示，意外發生前 MK-70-XX 輕型汽車車頭完好無損(參閱卷宗第 53 至 55 頁觀看錄影報告，並視為在此完全轉錄)。意外發生後 MK-70-XX 輕型汽車左前泵把部份損毀，左前側身均有損毀及金屬變形，以及左前車頭燈下方有一缺失位置，與現場遺留下的碎片符合(參閱卷宗第 99 至 102 頁觀看錄影報告，第 167 至 175 頁偵查筆錄，並視為在此完全轉錄)。
- 3) 嫌犯清楚知悉已發生碰撞並造成車輛損毀，為了逃避有關責任及掩蓋碰撞之事實，嫌犯事後將上述車輛送到「XX 車行」進行維修，且更換了前車泵把，並準備到「XX 車行」進行車身焗漆。
- 4) 嫌犯明知自己違反了謹慎駕駛的義務而引致意外發生，清楚知道其行為必然使被害人倒地受傷，但嫌犯沒有停車進行處理，故意遺棄交通事故發生後的受害人，而駕車逃離現場。
- 5) 嫌犯是在自由、自願及有意識的情況下，故意作出上述行為，且深知其行為觸犯法律，會受法律制裁。

民事損害賠償請求中獲證明屬實的事實如下：

- 交通意外發生後，第一原告被送往澳門鏡湖醫院急診部救治(見卷宗第 192 頁，其內容在此視為完全轉錄)。
- 經鏡湖醫院檢查後，診斷第一原告：1.全身多處皮膚挫傷，2.左側肘部挫傷，3.腰骶部挫傷，4.臀部挫傷，5.臀上皮神經卡壓綜合症(見卷宗第 192 頁及附件 3，其內容在此視為完全轉錄)。
- 第一原告需於醫院住院 1 日，接受抗感染及傷口換藥，止痛治療後帶藥出院，醫生建議門診複診跟進及病假休息(見卷宗第 192 頁及附件 3，其內容在此視為完全轉錄)。
- 其後，第一原告腰部仍覺疼痛，經 XXX 醫生檢查，亦診斷第一原告：1.左肘部挫傷，2.腰骶部挫傷，3.胸 12 腰 1 椎體終板下骨質，考慮低毒性感染可能，建議向濠江醫學診斷中心進行血型檢查(見附件 4 及附件 5，其中附件 5 正本已交到 E(澳門)股份有限公司作勞工意外保險合同索賠之用，其內容在此視為完全轉錄)。
- 於 2018 年 11 月 07 日出院後至 2019 年 03 月 15 日 (共 129 日)，第一原告被醫生建議病假休養，以及仍需繼續門診治療(見附件 3 及附件 4)。
- 於 2018 年 11 月 27 日，根據法醫意見指出，第一原告自訴於 2018 年 11 月 06 日在一宗交通意外中受傷，曾在鏡湖醫院住院接受清創及對症等治療至翌日出院，後在該院門診隨訪至今；臨床診斷：全身多處挫傷。臨床法醫學檢查：左肘及尾椎處壓痛，軀幹及四肢活動未見明顯受限；但其自訴於活動時右側胸部有疼痛感及當坐時尾椎處有疼痛感，需用局部使用止痛膏治療。其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，若無合併症的話，估計共需 02 個月康復(應以其主診醫生判定之康復期為準)，對其身體完整性造成普通傷害(見卷宗第 72 頁，其內容在此視為完全轉錄)。

- 而第一原告因是次交通意外之發生到澳門鏡湖醫院及濠江醫學診斷中心進行檢查及治療，引起的住院及治療事項，第一原告花費的醫療和藥物費用合共為 MOP\$14,482.00(見附件 6 及附件 7)
- 第一原告的僱主已為其購買勞工意外保險合同，第一原告已向該份保單的承保人 E(澳門)股份有限公司領取上述部分的賠償，合共 MOP\$10,333.00 的賠償(見附件 6 及附件 7)，亦即是第一原告仍有 MOP\$4,149.00 的醫療和藥物費用損失。
- 此外，屬第一原告的 MG-87-XX 重型電單車被嫌犯駕駛的 MK-70-XX 輕型汽車從後撞尾，以致左、右後鏡鏡、車頭、尾車牌、車尾泥擋、儀錶板及左邊車身損毀，而該車排氣喉、右後避震及部分機件脫落(見卷宗第 31 至 36 頁、第 130 至 137 頁及第 133 至 156 頁的車輛損毀圖)
- 為著維修之需要，第一原告將 MG-87-XX 重型電單車交由時代車業 進行檢驗，但指出由於車架已變形，有關維修費遠超過車輛價值，並作出一份報償單，評估此車二手價值為 MOP\$4,000.00(附件 8，其內容在此被視為全部轉錄)。
- 另一方面，交通意外發生後，第二原告同樣被送往澳門鏡湖醫院急 診部救治(見卷宗第 187 頁，其內容在此視為完成轉錄)。
- 經鏡湖醫院檢查後，診斷第二原告：1.輕型顱腦損傷，2.頭面部挫傷，3.全身多處挫擦傷，4.右肘挫傷(見卷宗第 187 頁及附件 9，其內容在此視為完全轉錄)。
- 第二原告需於醫院住院 6 日，接受對症治療後出院，醫生建議門診隨診跟進病況及病假休息(見附件 9，其內容在此視為完全轉錄)。
- 其後，第二原告仍頭暈及頭痛、左肩及右手肘亦覺疼痛，經 XXX 醫生檢查，亦診斷第二原告：1.輕型顱腦損傷，2.全身多處挫傷(右肘關節橈側副韌帶部分撕裂傷、左肩鎖關節崗上肌腱損

傷)(見附件 10，其內容在此視為完全轉錄)。

- 經 XXX 醫生建議下，第二原告於 2019 年 03 月 06 日在科大醫院接受進行右肘關節橈側副韌帶部分撕裂傷+左肩鎖關節崗上肌腱損傷手術注射 PRP，並於 2019 年 04 月 29 日在銀葵醫院接受進行右肘外傷性疤痕祛除手術 (見附件 10、附件 13 及附件 14，其內容在此視為完全轉錄)
- 第二原告需於科大醫院住院 1 日，出院後醫生建議門診隨診、術後 7 天冰敷 30 分鐘及病假休息(見附件 10，其內容在此視為完全轉錄)。
- 於上述兩次住院(共住院 7 日)後至 2019 年 06 月 14 日以及 2019 年 06 月 23 日至 2019 年 09 月 26 日 (共 310 日)，第二原告被醫生建議病假休養，以及仍需繼續門診治療(見附件 9 至附件 11)。
- 於 2018 年 11 月 27 日，根據法醫意見指出，第二原告自訴於 2018 年 11 月 06 日在一宗交通意外中受傷，曾先在鏡湖醫院住院接受清創及對症治療至同月 12 日出院，後在該院隨訪至今；臨床診斷：腦震盪，頭面部挫傷，全身多處挫擦傷。臨床法醫學檢查：左肩、右肘及右胸前下壁處壓痛，軀幹及四肢活動未見明顯受限；但其自訴於活動時左肩有疼痛感及間有頭痛，每天需要口服止痛藥治療。其傷患特徵符合由鈍器或其類似物(交通意外)所致，若無合併症的話，估計共需 03 個月康復(應以其主診醫生判定之康復期為準)，對其身體完整性造成普通傷害(見卷宗第 81 頁，其內容在此視為完全轉錄)。
- 而第二原告因是次交通意外之發生分別到澳門鏡湖醫院、科大醫院及銀葵醫院進行檢查及治療，引起的住院及治療事項，第二原告花費的醫療和藥物費用合共為 MOP\$112,304.00(見附件 12 至附件 14)。
- 第二原告的僱主已為其購買勞工意外保險合同，第二原告人已

向該份保單的承保人 E(澳門)股份有限公司領取上述部分的賠償，合共 MOP\$93,995.00 的賠償(見附件 12 至附件 14)，亦即是第二原告仍有 MOP\$18,309,00 的醫療和藥物費用損失。

- 是次交通意外發生前，第一原告在 XXX 有限公司任職，職位為 XXX 賭檯主任 Pit Supervisor，月薪為 MOP\$24,938.00(見附件 15)。
- 是次交通意外的發生，導致第一原告住院後被醫生建議病假休養，仍需繼續藥物治療及門診複診，導致第一原告在下列日子不能上班，失去原本應有的每月薪金(見附件 3 及附件 4)：
- 在 2018 年 11 月 06 日住院，時間共 1 日；
- 在 2018 年 11 月 07 日至 2019 年 03 月 15 日病假休養，時間共 129 日。
- 第一原告的僱主已為其購買勞工意外保險合同，第一原告已向該份保單的承保人 E(澳門)股份有限公司領取上述部分的賠償，合共 MOP\$72,039.94(附件 3)
- 另一方面，是次交通意外發生前，第二原告亦在 XXX 有限公司任職，職位為 XXX 區域經理 Pit Manager，月薪為 MOP\$32,732.00(見附件 16)。
- 是次交通意外的發生，亦導致第二原告兩次住院後均被醫生建議病假休養，仍需繼續藥物治療及門診複診，導致第二原告在下列日子不能上班，失去原本應有的每月薪金(附件 9 至附件 11)：
- 在 2018 年 11 月 06 日至 2018 年 11 月 11 日住院，時間共 6 日；
- 在 2018 年 11 月 12 日至 2019 年 03 月 05 日病假休養，時間共 114 日；

- 在 2019 年 03 月 06 日住院，時間共 1 日；
- 在 2019 年 03 月 07 日至 2019 年 06 月 14 日病假休養，時間共 100 日。
- 在 2019 年 06 月 23 日至 2019 年 09 月 26 日病假休養，時間共 96 日。
- 第二原告的僱主已為其購買勞工意外保險合同，第二原告已向該份保單的承保人 E(澳門)股份有限公司領取上述部分的賠償，合共 MOP\$230,571.04(附件 9 至附件 11)
- 在交通意外發生時，第一原告的年齡為 35 歲，身體健康，活動能力不受任何限制。
- 發生事故當時，第一原告駕駛編號 MG-87-XX 之重型電單車被嫌犯 A 所駕駛的編號 MK-70-XX 輕型汽車撞及車尾，使第一原告人車倒地受傷，導致其全身多處疼痛一個小時，並需送至澳門鏡湖醫院急診部進行救治(見卷宗第 191 頁，其內容在此視為完全轉錄)。
- 於鏡湖醫院住院期間及出院後，醫生均建議第一原告需在床上休養，因身上包括腰骶損傷只可趴在床上休息，至少有一個星期的時間無法正常行走，對其生活起居極為不便，第一原告為此感到難受，情緒低落。
- 其後，儘管第一原告謹遵醫生的囑咐多作休息，但腰部長期隱隱作痛使其難以忍受。
- 直至於 2019 年 01 月 25 日，第一原告前往鏡湖醫院作磁力共振檢查方才得知其腰椎間盤病變，並有低毒性感染的可能(見附件 17，其內容在此視為完全轉錄)。
- 因此，自 2019 年 02 月 18 日起，第一原告另行接受 XXX 醫生的檢查及治療(見附件 4 及附件 5,其中附件 5 正本已交到 E(澳門)股份有限公司作勞工意外保險合同索賠之用)。

- 然而，每當第一原告腰部用力挺直、跳躍及落地時均會感到痛楚，而每當遇有陰天及雨天更會腰部疼痛，令第一原告感到十分不適。
- 交通意外發生之前，第一原告任職賭場賭檯主任 Pit Supervisor 工作，有穩定收入，喜歡在閒暇時透過跑步及游水鍛煉身心健康。
- 上述意外後的身體狀況，使第一原告需要消耗比事故發生前更多的時間去處理工作業務，亦導致第一原告無法再像往日般自由地做運動，令第一原告感到失落及沮喪。
- 另一方面，在交通意外發生時，第二原告的年齡為 34 歲，身體健康，活動能力不受任何限制。
- 發生事故當時，第二原告在電單車倒地以致其頭部及右肘部，左胸背和左腰背多處損傷疼痛一個小時、其間亦有頭暈、頭痛伴短暫意識不清，伴逆行性遺忘，需送至澳門鏡湖醫院急診部進行救治(見卷宗第 187 頁及附件 9，其內容在此視為完全轉錄)。
- 基於第二原告曾出現腦震盪，經醫生建議需在鏡湖醫院留院 (2018 年 11 月 06 日至 2018 年 11 月 11 日) 觀察，第二原告對此心裏感到非常擔憂。
- 第二原告於住院及出院後，至少一個月的時間不能自理日常起居生活，需要接受護士及家人的定期照顧，令第二原告覺得難受、情緒低落。
- 在上述同一時間內，第二原告因身上多處疼痛非常而未能入眠，需要服用止痛藥緩解疼痛，令第二原告在精神上承受很大的煎熬。
- 事故亦導致第二原告至少有三個月的時間經常性出現頭疼及頭暈的情況，令第二原告感到非常痛苦及不適。

- 其次，第二原告於事故後左肩及右手肘一直疼痛，所以於 2019 年 1 月 18 日前往鏡湖醫院作磁力共振檢查，診斷出 1.右肘關節橈側副韌帶部分性撕裂，2.關節腔少量積液；1.左肩鎖關節挫傷；2.岡上肌局部損傷(挫傷式變性，3.喙突下滑囊、肱二頭肌長頭肌腱鞘少量積液(見附件 18 及附件 19，相關內容在此視為完全轉錄)。
- 基於上述的原因，自 2019 年 02 月 18 日起，第二原告另行接受 XXX 醫生的檢查及治療，並於 2019 年 03 月 06 日在科大醫院忍受痛楚接受進行右肘關節橈側副韌帶部分撕裂傷+左肩鎖關節岡上肌腱損傷手術注射 PRP(見附件 10 及附件 13，其內容在此視為完全轉錄)。
- 此外，事故更令第二原告胸背部及右手肘留下多處永久及明顯的疤痕，其中右肘凸起的傷疤會令第二原告皮膚感到痛楚，亦影響著第二原告的外觀(見附件 20)。
- 第二原告一向對自己的外觀有所要求，為部分減輕上述的困擾，第二原告於 2019 年 04 月 29 日前往銀葵醫院接受進行右肘外傷性疤痕祛除手術(見附件 14，其內容在此視為完全轉錄)。
- 儘管第二原告於 2019 年 06 月 15 日按鏡湖醫院醫生建議恢復工作，但因為右手肘仍未痊愈使其相當疼痛難忍，導致第二原告無法正常上班，只可選擇於同年 6 月 22 日前往鏡湖醫院再次接受治療，並被鏡湖醫院醫生建議由 2019 年 06 月 23 日起繼續病假休養(見附件 11，其內容在此視為完全轉錄)。
- 事實上，於 2019 年 09 月 27 日起，第二原告聽從鏡湖醫院醫生建議下恢復輕體力工作，但仍需要避免夜間工作至少三個月(見附件 21，其內容在此視為完全轉錄)，對其的工作造成非常不便。
- 第二原告時有頭暈及頭痛，右手肘會酸痛，尤其遇有陰雨天氣時酸痛更甚，以致其無法提取重物，亦需要消耗比事故發生前

更多的時間去處理其家中事務。

- 此外，事故留下的疤痕令第二原告不敢穿泳衣去游泳，亦不敢穿短袖衣服或背心出門，第二原告對此感到難過。

被告的民事答辯狀中獲證明屬實的事實如下：

A R., ora contestante, aceita que, na data do acidente, a responsabilidade cível perante terceiros, emergente da circulação do veículo ligeiro de passageiros de matrícula MK-70-XX, havia sido transferida para a R. através do contrato de seguro titulado pela apólice nº00125466, do ramo automóvel. (doc. nº 1)

* *

訴訟主參與人的請求書中獲證明屬實的事實如下：

A ora Requerente é uma sociedade constituída em Macau e explora o sector do seguro, cfr. certidão do Registo Comercial que ora se junta sob a designação de documento n.º 1 e que, à semelhança dos demais se dá por integralmente reproduzido. - DOC.1

Sendo que, no exercício da sua actividade, a ora Requerente celebrou com a “XXX. S.A.” um contrato de seguro do ramo de acidentes de trabalho titulado pela apólice n.º CIM/EGI/2018/000656, cuja cópia do “Schedule” ora se junta sob a designação de documento n.º 2. - DOC.2

No estrito cumprimento das obrigações contratuais decorrentes da celebração do contrato, a ora Requerente, na qualidade de seguradora para quem vai ser transferida a responsabilidade pelo acidente do trabalho, já procedeu ao pagamento do montante de MOP93,008.70 (noventa e três mil

e oito patacas e setenta avos) para o ofendido C, sendo tal quantia correspondente à indemnização pela incapacidade temporária absoluta para o trabalho (ITA), despesas médicas, incluindo as despendidas para tratamento, e medicamentosas, cfr. resulta dos documentos que ora se juntam sob designação de documento n.ºs 3 a 16. - DOCS. 3 a 16

Sendo que também no estrito cumprimento das obrigações contratuais decorrentes da celebração do contrato, a ora Requerente, na qualidade de seguradora para quem vai ser transferida a responsabilidade pelo acidente do trabalho, já procedeu ao pagamento do montante de MOP340,466.04 (trezentas e quarenta mil, quatrocentas e sessenta e seis patacas e quatro avos) para a ofendida D, sendo tal quantia correspondente à indemnização pela incapacidade temporária absoluta para o trabalho (ITA), despesas médicas, incluindo as despendidas para tratamento, e medicamentosas, cfr. resulta dos documentos que ora se juntam sob designação de documento n.ºs 17 a 45. - **DOCS. 17 a 45**

A ora Interveniente, no estrito cumprimento das suas obrigações enquanto seguradora para quem vai ser transferida a responsabilidade pelo acidente de trabalho, procedeu ao pagamento da quantia de MOP4,760.00 (quatro mil, setecentas e sessenta patacas) em relação à Demandante D e correspondente à indemnização pelos tratamentos e exames médicos aos quais foi sujeita, cfr. resulta dos documentos que ora se juntam sob a designação de documentos n.ºs 1, 2, 3, 4, 5 e 6 - DOCS. 1 a 6.

同時，亦證明下列事實：

- 第一原告 C 因 2018 年 11 月 06 日的交通意外導致全身多處挫

傷，左肘及骶尾部挫擦傷，胸 12/腰 1 椎體終板下骨質(考慮低毒性感染可能)；第一原告的上述傷患現已康復，其(康復期)“暫時絕對無能力”(Incapacidade Temporária, Absoluta I.T.A)期間為 130 天(2018 年 11 月 06 日至 2019 年 03 月 15 日)，其後不需要持續接受治療。(見第 556 頁)

- 第二原告 D 因 2018 年 11 月 06 日的交通意外導致輕型顱腦損傷，右肘關節橈側副韌帶部分撕裂，左肩鎖關節崗上肌腱損傷，頭面部挫傷及全身多處挫擦傷。第二原告的上述傷患現已康復，其(康復期)“暫時絕對無能力”(Incapacidade Temporária, Absoluta I.T.A)期間為 317 天(2018 年 11 月 06 日至 2019 年 06 月 14 日，2019 年 06 月 23 日至 09 月 26 日)，其後不需要持續接受治療。(見第 557 頁)

根據刑事紀錄證明，嫌犯的犯罪紀錄如下：

- 嫌犯曾於 2009 年 11 月 27 日在第 CR3-08-0337-PCC 號卷宗內經終審法院裁決因觸犯一項身為犯罪集團成員罪而被判處四年徒刑；結合中級法院裁定因觸犯一項加重傷害身體完整性罪而被判處一年刑徒，因觸犯三項加重傷害身體完整性罪而每項被判處一年三個月徒刑；數罪競合，合共被判處五年單一實際徒刑。
- 嫌犯曾於 2010 年 02 月 10 日在第 CR3-08-0363-PCC 號卷宗內因觸犯一項不法販賣麻醉藥品及精神藥物罪而被判處六年五個月徒刑，及一項不法取得或持有毒品作吸食罪而被判處四十五日徒刑；兩罪競合，合共被判處六年六個月單一實際徒刑；並與第 CR3-08-0337-PCC 號案卷內所判的刑罰競合，合共判處九年六個月實際徒刑的單一刑罰。嫌犯服刑至 2015 年 10 月 31 日獲假釋並於 2017 年 12 月 31 日獲宣告確定性自由。
- 嫌犯於 2019 年 05 月 17 日在第 CR1-18-0456-PCC 號卷宗內因觸犯一項不法吸食麻醉藥品及精神藥物罪而被判處四個月徒刑，暫緩一年執行。

嫌犯自願承認被指控的犯罪事實。

嫌犯的個人及家庭狀況如下：

- 嫌犯為外賣員，月入澳門幣 13,000 元至 15,000 元。
- 需供養母親、妻子及一名未成年女兒。
- 學歷為初中一年級。

三、法律部份

上訴人在本上訴案件中，提出了三個法律問題：

第一，由於原審法院未有就上訴人是否符合暫緩禁止駕駛條件的問題表明立場或發表意見，根據《刑事訴訟法典》第 355 條第 2 款以及同一法典第 360 條 a)項之規定，被上訴之判決存在遺漏審理及欠缺說明理由之瑕疵，並導致被上訴之判決就判處上訴人禁止駕駛這一部分應宣告無效。

第二，作為上述問題的補充問題，認為原審法院對其作出的禁駕附加刑沒有予以緩期執行的決定提起上訴。

第三，原審法院對其所有的輕微違反的行為的共禁駕三年的附加刑過重，請求予以降低一年六個月。

(一) 裁判書的因缺乏理由說明的無效

上訴人認為，在審判聽證中，上訴人除了對本案之犯罪標的作出聲明外，上訴人及其官委辯護人亦就上訴人的職業狀況向原審法院作出聲明及陳述，以及上訴人在庭審中亦曾向原審法院提交了工作證明。雖然，原審法院當時以上訴人所提交的工作證明中所載僱主的簽署未作認證為由而將相關證明退回給上訴人，但是，上訴人作出的上述陳述及所提交工作證明的行為，主要用以作為給予法院考慮是否准予上訴人暫緩禁

止駕駛的理由及聲請，有關聲請曾在庭審中向原審法院提出，而且，原審法院亦曾就上訴人的職業狀況及工作特性向上訴人進行訊問，上訴人之官委辯護人在最後陳述中亦曾就暫緩禁止駕駛的聲請作出陳述。然而，原審法院並沒有對此“問題”作出審理並作出決定。

上訴人明顯沒有理由。

我們知道，有關判決書的因缺乏說明判決理由是指法院在作出某項決定的時候絕對地缺乏理由的說明，使得人們不明白法院作出判決的事實以及法律的依據和邏輯。

而我們也知道，《道路交通法》第 109 條第 1 款規定，只有在存在“可接受的理由”的情況下，法院才可以考慮予以緩期執行附加刑。

首先，原審法院所作出的決定為實際執行附加刑，而非依照上述的第 109 條的規定予以緩期執行，那麼，就無需就是否存在“可接受的理由”這個問題作出審理，也就沒有上訴人所質疑的缺乏理由說明的瑕疵的前提條件。

其次，上訴人所提交的工作證明文件被原審法院退回，上訴人對此決定並沒有提起任何的上訴，上訴法院對此不能予以審理。也就無從審理上訴人是否因工作需要而存在“可接受的理由”的這個其實並不構成訴訟的標的問題（辯護人的事實和法律陳述並不能限定法院的審理範圍，而僅僅是在已經先定好的訴訟標的範圍內發表其意見而已），因為，上訴人並沒有提出任何的答辯狀，以便原審法院認定其所期待證實的事實。

在這種情況下，與其說上訴人所提出的上訴理由不能成立，倒不如說上訴人的上訴理由不切題，實際上是希望上訴法院認定存在“可接受的理由”並將附加刑予以緩期執行，這也就是上訴人所提出的以下的上訴問題。

（二） 禁駕的附加刑的緩期執行的決定

就此問題，原裁判書製作人的草案並沒有落敗，合議庭仍然維持原來的草案的裁定上訴理由不成立的理由：

“Conforme o acórdão proferido pelo Tribunal Colectivo do 1.º Juízo Criminal do Tribunal Judicial de Base, o Recorrente/arguido foi condenado pela prática de dois crimes de ofensa à integridade física por negligência previsto e punido pelo artigo 142.º, n.º 1 do Código Penal e de dois crimes de abandono de sinistrado, previsto e punido pelo artigo 88.º, n.º 1 da Lei n.º 3/2007 (Lei do Trânsito Rodoviário), na pena conjunta resultante do cúmulo jurídico de 3 anos de prisão suspensa na sua execução pelo período de 3 anos e na pena acessória de inibição de conduzir pelo período de 3 anos, veio o Arguido, A, dele interpor recurso.

Da leitura das conclusões da douta motivação resulta que a Recorrente cinge o seu recurso **à questão da pena acessória de inibição de conduzir, colocando a esse Tribunal de Segunda Instância a questão de saber se a douta sentença recorrida incorreu em erro de julgamento, com violação do artigo 109.º, n.º 1 da Lei n.º 3/2007, ao não ter suspenso a pena acessória de inibição de conduzir que lhe foi aplicada.**

Entende o Recorrente que, no caso, ocorrem motivos atendíveis que justificam a pretendida suspensão da pena acessória, uma vez que trabalha como «estafeta» de uma empresa de entregas e necessita da carta de condução para poder conduzir os veículos que utiliza para fazer tais entregas pelo que a inibição de conduzir signifique para si a perda do emprego e do rendimento que do mesmo provém.

.....

Ora, neste ponto o Digno. Magistrado do MP junto deste TSI emitiu o seguinte duto parecer:

“(…)

Nos termos do disposto na norma do n.º 1 do artigo 109.º da Lei n.º 3/2007, «o tribunal pode suspender a execução das sanções de inibição de condução ou de cassação da carta de condução por um período de 6 meses a 2 anos, quando existirem motivos atendíveis».

Esse Tribunal de Segunda Instância tem, em determinadas situações, nomeadamente por razões de natureza económica ou profissional, admitido a suspensão da pena acessória, especialmente quando se demonstre que a carta de condução é um instrumento fundamental para o exercício da actividade profissional do arguido.

No caso, resulta da matéria de facto provada que o Recorrente, na sua actividade profissional, efectua entregas de comida, mas não ficou provado que, para o fazer utiliza um veículo para cuja condução necessite de habilitação para conduzir.

Por outro lado, a junção de documentos é inadmissível na fase do recurso pelo que não podem ser considerados por esse Venerando Tribunal.

Daqui que, a nosso ver, não exista fundamento para considerar verificados, no caso, quaisquer motivos atendíveis que justifiquem a suspensão da pena acessória aplicada ao Recorrente tal como foi correctamente assinalado pela nossa ilustre Colega na douta resposta que apresentou.

Parece-nos, pois, que, nesta parte, o recurso não deve proceder.”

(三) 附加刑過重

從上訴人的上訴理由可見，其意圖在於請求法院遵循《刑法典》第 71 條所確定的並罰原則，對所有的附加刑予以法律上的並罰（*cúmulos jurídicos*）。實際上，上訴人變相提出了法律上不容許的請求。

關於附加刑是否可以予以法律上的並罰，中級法院一直有一致的看法，就是認為有關附加刑不存在法律上的並罰的理由，而是依照其依附性質所決定的排除並罰的基礎。在本院於 2013 年 12 月 16 日在第 828/2010 號上訴案以及於 2018 年 6 月 14 日在第 270/2017 號上訴案中的判決作出的判決中，已經作出了這樣的認定。

我們現在仍然堅持這種立場。

實際上，就是《刑法典》第 71 條本身已經作出了明確不容許對附加刑予以法律並罰的規定。

第三款規定了主刑罰的並罰的情況，即（經過量刑後出現）對不同的犯罪在具體適用徒刑和罰金的情況下，容許僅適用徒刑的制度。而在第四款所規定是在前三款的規定的先後程序的基礎上，即已經作出了具體的量刑的基礎上，仍然需要對各附加刑（中文版的法律條文並未能表達出葡文版本的眾數的“附加刑和保安措施”的意思）予以適用。

從法律條文本身的規定來說，附加刑的意義在於其所依附的主刑罰的罪名所意圖保護的公共安全，並不受犯罪行為的罪過程度影響。如果基於安全的理由，需要使用不同的附加刑以及保安措施，法律仍然要求法院對嫌犯施以所有的附加刑和保安措施，比如對嫌犯同時適用禁駕和禁止從事某職業的附加刑，如何進行並罰？不容許並罰的理由就是有關附加刑所依附的犯罪的法律所一如達到的安全目的不同。

正因為這個原因，不能基於所有的附加刑剛好為禁駕而認為容許依照刑罰的並罰規則予以法律上的並罰。

既然如此，由於上訴人沒有對原審法院就每一項罪名的附加刑的“量刑”提出上訴理由，其要求減輕附加刑的請求明顯不能成立。

因此，上訴人的上訴理由不能成立。

是時候作出決定了。

四、決定

綜上所述，中級法院合議庭裁定上訴人的所有上訴理由不成立，維持被上訴的決定。

判處上訴人繳付 6 個計算單位的司法費，以及訴訟費用。

澳門特別行政區，2021 年 9 月 23 日

蔡武彬 (原第一助審法官)

陳廣勝 (第二助審法官)

馮文莊 (原裁判書製作人)

(Fico vencido por ora acompanhar o raciocínio do parecer do MP apresentado pelo Digno. Magistrado junto deste TSI).